A DISCUSSÃO SOBRE A (DES)NECESSIDADE DE MEIOS ALTERNATIVOS PARA O CUMPRIMENTO DE PENA COMO MÉTODO DE REEDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DA APAC DE SÃO JOÃO DEL-REI

Gustavo Henrique Benfenati Jaques¹

Jackson Wendel dos Santos²

Jorge Heleno Costa³

Resumo

O âmago da presente pesquisa trata dos desafios da devolução e reinserção do indivíduo à comunidade após o cumprimento da pena, com foco na comarca de São João Del-Rei/MG, e as perspectivas sociais oferecidas pela APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados). Objetivando demonstrar como o modelo APAC auxilia os recuperandos a retornar ao convívio social e ao mercado de trabalho. Logo, com os objetivos de apresentar a metodologia educativa usada pela APAC, conferir os aspectos trazidos pela lei 7.210/84 pertinentes à remição e ressocialização, e analisar possíveis melhorias ao sistema prisional comum brasileiro e verificação do modelo APAC enquanto agente ressocializador. As discussões no Direto Penal entre as perspectivas sociais e a ressocialização se justificam pela esperança do modelo APAC por meio de suas metodologias ajudarem a diminuir a superlotação do sistema carcerário e dos índices de reincidência. Este estudo se baseia em uma pesquisa de caráter bibliográfico e descritivo, embasado em buscas doutrinárias, sobretudo no marco teórico “método APAC”, encontrado na obra do autor Ottoboni (2018). Em consonância com o levantado nas pesquisas, conclui-se que, perante os anseios do sistema penal brasileiro, é necessário repensar o modelo tradicional e impulsionar a utilização de métodos alternativos com vistas à melhoria de seus índices, além do atendimento da demanda.

PAVALVRAS CHAVE: Método APAC. Reincidência. Ressocialização. Meios Alternativos. APAC de São João del-Rei/MG

INTRODUÇÃO

O escopo deste trabalho visa delinear as discussões no Direto Penal entre as perspectivas sociais e a ressocialização, diante das incertezas e dificuldades enfrentadas pelo sistema carcerário brasileiro, sobretudo no que tange à reinserção dos indivíduos na sociedade com vistas à redução dos níveis de reincidência, que preocupam as autoridades e a sociedade.

¹ Graduando em Direito pelo UNIPTAN e-mail: gustavoestudantil@outlook.com

² Graduando em Direito pelo UNIPTAN e-mail: jacksonxsantos@gmail.com

³ Mestre em Direito. Orientador/Professor de Direito no UNIPTAN e-mail:

jorge.costa@uniptan.edu.br

Neste ínterim, concomitante com o anseio por meios alternativos de apenamento e o retorno para o convívio social de forma íntegra, vem a crítica ao modelo prisional vigente no país. Segundo a autora Vera Regina Pereira de Andrade (2003, p. 22), o sistema penal viola direitos e necessidades, indo contra o conceito de construção de cidadania, com um viés de exclusão ao invés de inclusão.

Diante da atual conjuntura, trazer à tona as discussões acerca das perspectivas sociais e da ressocialização, justifica-se para verificar e analisar resultados da APAC enquanto agente ressocializador. Em suma, faz-se necessário questionar o futuro da população carcerária no Brasil, que, em 2019, atingiu um total de 773.151 pessoas privadas de liberdade em todos os regimes, de acordo com dados do Departamento Penitenciário-DEPEN 2020. Outro enfoque de suma importância, dentre as discussões acerca do tema supracitado, são os índices de reincidência prisional, a nível nacional e sobretudo local e o que a APAC de São João del Rei pode fazer para ajudar a reduzir esses índices. Como embasamento das pesquisas, a lei 7.210/84, Lei de Execução Penal, com suas diretrizes para o regimento do sistema penal e sua aplicabilidade, foi posta em cheque.

Destarte, o presente artigo traz como problemática de pesquisa a hesitação da efetividade do sistema prisional comum brasileiro. Há também a discussão se o mesmo oferece assistência para a reinserção do indivíduo de forma íntegra na sociedade e mercado de trabalho, e quais alternativas seriam viáveis para sanar eventuais problemas.

Ao partir dessa premissa, foi levantada a hipótese sobre a incapacidade do sistema prisional vigente em atender toda sua demanda e seguir o que está diplomado na lei 7.210/84; para preencher essa lacuna, o uso de políticas alternativas, vide as APAC's, mostra-se fundamental.

O objetivo geral desta pesquisa é mostrar o trabalho da APAC, expor a atuação do modelo no auxílio aos recuperandos durante o cumprimento da pena, e também, a assistência oferecida ao condenado quando retorna para o convívio social. A fim de lograr o objetivo geral, os três objetivos específicos apresentam a metodologia e os auxílios promovidos pela APAC, observam a

conformidade com a lei 7.210/84 e analisam a eficiência dos modelos alternativos de apenamento.

O presente trabalho tem caráter bibliográfico, elaborado por meio da captação de material teórico em doutrinas e em documentos sobre o assunto. Disposto em forma de pesquisa qualitativa e descritiva, traz uma nova ótica para o sistema penal brasileiro e propõe meios viáveis para contribuir com as discussões no Direito Penal e as perspectivas de ressocialização, tendo como marco teórico o “método APAC”, na perspectiva de Mário Ottoboni em sua obra “Vamos matar o criminoso? Método APAC”.

1 O MÉTODO APAC E O FAVORECIMENTO NA REINSERÇÃO DOS RECUPERANDOS NA SOCIEDADE

O sistema carcerário brasileiro e a sua possível falência precedem às discussões hodiernas em várias instâncias no âmbito social e do direito. O modelo carcerário brasileiro encontra-se degradado, sendo na atualidade, somente uma ilusão em relação à ressocialização do detento, uma vez que as condições em que se encontram as prisões gera um impacto negativo na recuperação do preso. Este contexto acaba propiciando a elevação da face criminosa do presidiário intensificando suas patologias de conduta infratora (COSTA NETO, 2013).

Por muitos anos, perdurou a ideia de que a melhor maneira de um apenado cumprir a pena pelos descumprimentos perante a lei seria por meio do cárcere, no qual o infrator fica privado de sua liberdade. Na atual conjuntura, levantam-se diversas discussões a respeito dessa prática, já que o referido efeito ressocializador não vem logrando êxito, conforme aponta Bittencourt (2004, p. 471):

(...) atualmente predomina uma atitude pessimista, que já não tem muitas esperanças sobre os resultados que se possa conseguir com a prisão tradicional. A crítica tem sido tão persistente que se pode afirmar, sem exagero, que a prisão está em crise. Essa crise abrange também o objetivo ressocializador da pena privativa de liberdade, visto que grande parte das críticas e questionamentos que se fazem à prisão refere-se à impossibilidade – absoluta ou relativa – de obter algum efeito positivo sobre o apenado.

Em confirmação dessa linha de raciocínio, descreve Valdeci Antônio Ferreira sobre o sistema prisional brasileiro:

É sabido que o sistema prisional está falido e que tem de falência a idade do nosso país, Também é senso comum afirmar que nossas prisões são universidade do crime, e que o preso, uma vez abandonado atrás das grades, sai pior do que entrou, cometendo novos delitos (FERREIRA, 2016, p. 23).

Posto isso, a APAC (Amando o Próximo, Amarás a Cristo), surge com essa primeira alcunha em 1972, em São José dos Campos/SP, por meio da liderança de Mário Ottoboni, advogado e jornalista, e com o esforço de um grupo de cristãos, no Presídio de Humaitá inicialmente, para dar apoio moral, humanizado e para evangelizar os presos (ANDRADE, 2016, p.49).

No ano de 1974, com as adversidades que foram surgindo para o desenvolvimento do projeto de assistência aos presos, os membros da APAC e da Pastoral Penitenciária⁴ viram-se obrigados a transformar o protejo em uma entidade civil de direito privado, com finalidade definida, mantendo os mesmos objetivos, buscando apoio e parceria perante o Poder Judiciário e ao juiz competente na comarca em que atuasse. A partir do respaldo do Poder Judiciário, e como entidade juridicamente constituída, surgiu a APAC - Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, passando a atuar como parceira da Justiça na execução de pena (OTTOBONI, 2018).

Posto isso, Ferreira conceitua a APAC juridicamente instituída:

A APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – é uma entidade civil, de direito privado, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, destinada à recuperação e à reintegração social dos condenados a pena privativa de liberdade. [...] É amparada pela Constituição Federal para atuar nos presídios. Possui estatuto padrão próprio, resguardado pelo Código Civil e pela Lei de Execução Penal. Opera como parceira dos Poderes Judiciários e Executivo, respectivamente, na Execução Penal e na administração do cumprimento das penas privativas de liberdade, nos regimes fechado, semiaberto, aberto e livramento condicional (FERREIRA, 2016, p.33).

A associação dotada de formato jurídico é a que responde em juízo ou fora dele por todas as atividades do grupo, devendo-se permanecer coesa a

⁴ O termo “penitenciário” (local onde se faziam penitências nos mosteiros, durante a Idade Média), no início da Idade Moderna, deu nome aos estabelecimentos penais. Estes copiaram a estrutura dos mosteiros, mas esqueceram-se de cuidar do aspecto espiritual. Daí a expressão “Pastoral Penitenciária”, e não “Pastoral Carcerária”, como querem alguns, uma vez que não se tem, na atualidade, conhecimento da utilização dos cárceres, como locais para cumprimento de pena, e por se tratar de reconhecimento da própria CNBB e do Celam (cf. Mário Ottoboni, *Ninguém é Irrecuperável, cit.*).

equipe e nela vinculada, a qual exerce especificamente o aspecto espiritual da pessoa, que ficou acordado de ser chamado de Pastoral Penitenciária.

Mário Ottoboni (2018) diferencia as APACs desta forma:

Portanto, a APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados), entidade juridicamente constituída, ampara o trabalho da APAC (Amando o Próximo, Amarás a Cristo), Pastoral Penitenciária, e também de outras Igrejas Cristãs junto ao condenado, respeitando, pois, a crença de cada um, de acordo com as normas internacionais e nacionais sobre direitos humanos. Uma ampara a outra, apesar de distintas. É a jurídica que garante a espiritual, e a espiritual, a jurídica. Ambas têm a mesma finalidade: ajudar o condenado a se recuperar e se reintegrar no convívio social (OTTOBONI, 2018, p.28).

De acordo com Ferreira (2016) a metodologia APAC é caracterizada pela aplicação de uma disciplina rígida, baseada no respeito, na ordem, no trabalho, na capacidade profissional, no estudo e no envolvimento da família do recuperando (FERREIRA, 2016, p.33).

É o que complementa Mário Ottoboni (2018) sobre a metodologia da APAC, ao afirmar a valorização humana e a evangelização como formas de auxílio ao condenado para ter condições de recuperar-se e forma de diferenciação quanto ao sistema penal vigente. Nesse sentido, a APAC é:

[...] um método de valorização humana, portanto de evangelização, para oferecer ao condenado condições de recuperar-se e com propósito de proteger a sociedade, socorrer as vítimas e promover a Justiça Restaurativa.⁵

[...] uma metodologia que rompe com o sistema penal vigente, cruel em todos os aspectos e que não cumpre a finalidade precípua da pena: preparar o condenado para ser devolvido em condições de conviver harmoniosa e pacificamente com a sociedade (OTTOBONI, 2018, p. 25).

Nota-se que a aplicação da metodologia APAC tem como objetivo de propiciar a humanização das prisões, sem perder de vista a característica punitiva da pena. A associação conserva o propósito de impedir a reincidência no crime e oferecer alternativas para o condenado se recuperar (FERREIRA, 2016, p.34).

A APAC é dotada de meios alternativos para o cumprimento da pena, como atividades educacionais, oficinas profissionalizantes e religiosas que a diferenciam do sistema prisional comum.

⁵ Proteção aos direitos humanos do preso e à sociedade, resguardando-a da vitimização (violência).

Neste ínterim, Ferreira (2016) traz o diferencial da APAC perante o sistema prisional comum:

A APAC se diferencia do sistema prisional comum, entre outras, porque nela os próprios presos, ali denominados recuperandos, são corresponsáveis pela sua recuperação e recebem todas as assistências preconizadas pela Lei de Execução Penal e todos os direitos estabelecidos nas regras mínimas da ONU – Organização das Nações Unidas – para o tratamento do preso (FERREIRA, 2016, p.33).

Dentre esses meios alternativos, encontram-se os 12 Elementos Fundamentais do Método APAC, que se originaram depois de diversos estudos e reflexões para produzirem os efeitos desejados (OTTOBONI, 2018, p.51).

Em conformidade, Durval Ângelo de Andrade (2016) os enumera da seguinte forma: a participação da comunidade; recuperando ajudando recuperando; o valor do trabalho dentro e fora da unidade, dependendo do regime do interno; a espiritualidade como ferramenta de recuperação e de valores morais; a assistência jurídica dentro das unidades; a assistência à saúde integral do recuperando; a valorização da dignidade humana; a referência familiar; o trabalho voluntário e a formação permanente destes agentes; a existência do Centro de Reintegração Social – CRS (a estrutura física); uma política interna de mérito, na qual se avalia a progressão do regime do apenado e por fim a Jornada de Liberdade com Cristo (ANDRADE, 2016, p. 61).

Na visão de Mário Ottoboni, os doze elementos são de suma importância e devem ser aplicados de forma conjunta:

É importante destacar que a observância de todos eles na aplicação da metodologia é indispensável, pois é no conjunto harmonioso de todos eles que encontraremos respostas positivas, ou seja, não se deve procurar executar um ou outro item dentre os elementos fundamentais, que aparentam mais importante, mas preparar a equipe de modo apropriado para que nada falhe na aplicação do Método (OTTOBONI, 2018, p. 51).

O modelo APAC tornou-se referência e foi difundido em várias comarcas Brasil afora. Posteriormente à formação da unidade pioneira em São José dos Campos-SP, formou-se a unidade de Itaúna-MG, que trouxe novidades, como a diferenciação de gênero para o tratamento, e tem como aposta os ideais e a metodologia criada por Ottoboni e seus companheiros, com vistas a uma ressocialização íntegra e mais proveitosa. Inspirada na unidade de Itaúna, a cidade interiorana mineira de São João del-Rei foi a

contemplada, e nela promoveu-se a criação da unidade APAC situada às margens de uma rodovia federal que corta a cidade e que recebe um número considerável de pessoas para reeducação (ANDRADE, 2016).

2 APAC DE SÃO JOÃO DEL-REI/MG

Fundada em 27 de junho de 2007, a Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de São João del-Rei/MG teve como fonte inspiradora a APAC de Itaúna no Centro-oeste mineiro. As atividades foram iniciadas com 57 (cinquenta e sete) recuperandos, no antigo prédio da cadeia pública da cidade, que fora adaptada para recebê-los (ANDRADE, 2016).

O sucesso foi tão notório, com a recuperação dos detentos, que, em apenas 6 (seis) anos, em 2013, a APAC de São João del-Rei/MG já contava com um novo prédio próprio de quatro mil metros quadrados. Arquitetado em área doada pelo Município, o primeiro prédio do complexo foi construído com a mão de obra e a força do trabalho dos próprios recuperandos, junto com o apoio de diversas instituições públicas, e privadas, bem como da sociedade local. A obra aumentou a capacidade da APAC para acolher, com segurança e comodidade, cerca de 180 (cento e oitenta) detentos (ANDRADE, 2016).

Esta nova unidade da APAC de São João del-Rei chama a atenção de quem a visita, como descreve detalhadamente Andrade (2016):

De fato, quem visita a unidade da APAC de São João del-Rei sai mesmo impressionado. Ao lado da recepção. Um show room apresenta os móveis e artesanatos produzidos pelos recuperandos. Já dentro da unidade, vislumbram-se, impecáveis, o complexo com a ala masculina, dividida, por sua vez, em três alas – regime fechado, regime semiaberto interno e regime semiaberto externo -, os refeitórios, cozinhas, lavanderias, salão de eventos e de reuniões, biblioteca e sala de informática, com computadores conectados aos programas, federal e estadual, de ensino à distância. E em um segundo grande espaço aberto, sem portões e trancas, vislumbra-se, ainda, a horta e o pomar em formação; a madeireira; a serralheria; a área de produção de artesanato; a pocilga; e o espaço de criação de galinhas e patos e de codornas confinadas (ANDRADE, 2016, p.80).

Durval de Andrade, prossegue em sua análise sobre a unidade apaqueana, agora especificando a rotina dos recuperando, que durante o dia as celas ficam fechadas e os recuperandos do regime fechado e semiaberto interno têm uma rotina de trabalho e estudos em curso profissionalizantes, ensino fundamental, médio ou universitário a serem seguidas. Já os

recuperando do regime semiaberto autorizados, saem para trabalhar em estabelecimentos da cidade às seis da manhã, retornando às dezoito horas para estudar e dormir (ANDRADE, 2016, p. 80).

Uma das virtudes da APAC de São João del-Rei é poder oferecer dez oficinas aos recuperandos, dentre elas a de padaria, de cozinha/culinária, suinocultura, avicultura, horta/pomar, marcenaria, serralheria, artesanatos e de produção de vassouras e bloquetes de concreto (ANDRADE, 2016).

A educação, como fonte de ressocialização e recuperação dos detentos, é um dos principais diferenciais e meios alternativos de cumprimento de pena da APAC são-joanense. Todos os recuperandos são estudantes e têm a possibilidade de cursar, no Ensino a Distância, cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, o que é de destaque no cenário da unidade, nas palavras de Andrade:

Todos os recuperandos estudam e a unidade é a que tem o maior número de presos cursando a universidade. Nada menos que 34 de seus 180 internos fazem curso superior, o que representa 19% do total (ANDRADE, 2016. p. 81).

Como foi demonstrado pelo autor Durval de Andrade (2016), os números de internos que cursam o ensino superior demonstra o sucesso do Método APAC junto à Comarca de São João del-Rei utilizando a educação. Situação que, sem dúvida, contribui para a reinserção social do interno, além de garantir melhores condições de disputar uma vaga de emprego no mercado de trabalho (ANDRADE, 2016).

Com relação às mulheres, a ala feminina é a maior do Estado de Minas Gerais, com cerca de 45 recuperandas. Funciona em um prédio alugado, até o término da obra da nova ala feminina, que os próprios recuperandos estão construindo; conta com o auxílio e as doações de materiais, da mesma forma que ocorreu na edificação do primeiro complexo da unidade são-joanense (ANDRADE, 2016).

Além deste complexo que forma a unidade da APAC de São João del-Rei/MG, a comarca conta também com uma Casa do Albergado que abriga 120 condenados em regime aberto. Assim como os presos do regime semiaberto, os albergados saem para trabalhar pela manhã e retornam até às 18 horas, para se dedicar aos estudos até a hora de dormir (ANDRADE, 2016).

Essa infraestrutura parece possibilitar melhores condições para os detentos se restabelecerem tanto a nível social, como educacional, elevando, assim, os índices de recuperação. “Resultado disso, o índice de recuperação e de ressocialização dos detentos da APAC de São João del-Rei é altíssimo, atingindo 70 a 80%” (ANDRADE, 2016, p. 82).

Atualmente a APAC masculina de São João del-Rei conta com 354 (trezentos e cinquenta e quatro) recuperandos, sendo 120 (cento e vinte) no regime fechado, 99 (noventa e nove) no semiaberto e 135 (cento e trinta e cinco) no aberto. Já a ala feminina conta com 56 (cinquenta e seis) recuperandas, 29 (vinte e nove) no fechado, 14 (quatorze) no semiaberto e 13 (treze) no aberto, segundo dados disponibilizados pelo levantamento do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional, no período de Janeiro a Junho de 2020. (SISDEPEM, 2020).

Diante do exposto, é possível afirmar que as casas de recuperação da APAC, além de possuírem estrutura capaz de atender à demanda da cidade e da região do Campo das Vertentes, apresentam índices de recuperação consideráveis, que estão concatenados com os princípios do Direito, sobretudo, o da dignidade humana, e com a Lei que preceitua as progressões penais e de regime no Brasil, Lei 7.210/84.

3 A Lei 7.210/84 – LEI DE EXECUÇÃO PENAL E SUAS FORMAS ALTERNATIVAS DE REMIÇÃO E PROGRESSÃO DE REGIME

Com vistas à regulamentação dos regimes prisionais brasileiros e, sobretudo o cumprimento do principal objetivo do apenamento, que é a ressocialização, foi criada a Lei 7.210/84 – Lei de Execução Penal. Conforme o que é diplomado na mesma, a pena serve para muito além do isolamento temporário daquele indivíduo perante a sociedade. A proposta contida na Lei prevê cuidados e assistência à pessoa submetida ao regime prisional indicado na sentença condenatória, indo ao encontro do trabalho feito na APAC de São João del Rei e do disposto no art. 10 da legislação em estudo. O parágrafo único dispõe que a assistência deve também se estender posteriormente à saída do cidadão condenado da casa de recuperação, com vistas ao gozo contínuo da dignidade para se reinserir na sociedade de forma plena minando

as chances do mesmo se ver propenso a delinquir novamente, conforme verifica-se na transcrição do artigo supracitado:

Art. 10. A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.

Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso. (BRASIL, 1984)

Considerando o valor do trabalho no convívio em sociedade, o qual também se configura como a ferramenta que propicia a manutenção do bem-estar da família, as APACs oferecem capacitação profissional ao recuperando para que possa se reintegrar ao mercado de trabalho quando deixar o apenamento (OTTOBONI, 2018).

O Art. 17 da Lei 7.210/84 aduz que: “A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado” (BRASIL, 1984).

Em suma, é cediço que nem todos os objetivos da legislação obtêm êxito imediato, sobretudo em se tratando do sistema prisional comum no Brasil. As casas de recuperação alternativa visam amparar o recuperando em conformidade com a legislação, para que a pessoa seja reinserida na sociedade de forma plena e definitiva, situação já contemplada na Lei de Execução Penal, no art. 22: “A assistência social tem por finalidade amparar o preso e o internado e prepará-los para o retorno à liberdade” (BRASIL, 1988).

A possibilidade de reincidência delitiva é um fato social, com previsão normativa (art. 63 do Código Penal) inclusive, mas é possível presumir que um preso em regime fechado pode tender a delinquir novamente, haja vista que ele não recebe um tratamento restaurador e o custo é alto, uma vez que a superlotação assola os presídios do país e a desigualdade social colabora com o aumento da reincidência. De acordo com o relatório de pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) acerca da reincidência criminal no Brasil, os níveis atingiram 24,4% em 2015. (IPEA, 2015).

Tal qual a pesquisa supracitada, Michael Foucault (1999) critica a técnica penitenciária tradicional em sua obra, *Vigiar e Punir*:

A técnica penitenciária e o homem delinquente são de algum modo irmãos gêmeos. Ninguém creia que foi a descoberta do delinquente por uma racionalidade científica que trouxe para as velhas prisões o

aperfeiçoamento das técnicas penitenciárias (FOUCALT, 1999, p.283).

De acordo com o exposto acima, percebe-se que uma das propostas viáveis para o melhor cumprimento da Lei de Execução Penal foi à implementação de casas de recuperação. O ideal destes centros, sobretudo as APACs, é se fazer valer de um momento em que a lei preza pela reabilitação por meio do trabalho, do estudo e da dignidade. A adoção destes meios pode contribuir para uma ressocialização de forma íntegra.

4 NECESSIDADE DE MEIOS ALTERNATIVOS PERANTE O SISTEMA PRISIONAL COMUM

O principal agente “ressocializador” utilizado no Brasil, nos dias atuais, é o regime fechado ou reclusão, que consiste num sistema de cárcere posterior ao julgamento. Ao contrario, percebe-se que o sistema prisional comum possui um viés punitivista e pouco ressocializador. Em consonância com o supracitado no tópico 2 deste artigo, a unidade na cidade mineira é exemplo a ser seguido enquanto agente ressocializador de índices satisfatórios que atinge entre a 70 a 80% na unidade em questão, conforme depoimento do Presidente da Instituição, com infraestrutura propícia para a devolução da integridade, seguindo, assim, como uma alternativa exequível (ANDRADE, 2018).

Congruente com o que foi estipulado por Valdeci Antônio Ferreira (2016), faz-se necessária a utilização dos meios alternativos. Segundo o autor, “Com a missão de recuperar o preso, proteger a sociedade, socorrer as vítimas e promover a justiça restaurativa, as APACs surgem no cenário nacional como alternativa viável para o caos do sistema” (FERREIRA, 2016).

A ausência de armas ou de hierarquia policial é um dos diferenciais da APAC. A sensação de igualdade deve permear o caminho de reintegração do apaqueano ao cumprir a pena e sua progressão como uma reeducação em condições favoráveis ao fim da ressocialização.

No regime fechado o tratamento educativo da APAC tem diretrizes para promoção de atividades dinâmicas, o que torna o processo interativo, seguindo, ainda, todo um cronograma rotineiro organizacional.

Ottoboni (2018, p. 89-90) as lista da seguinte maneira: Pesquisa social feita com a família do recuperando; 1º Ato Socializador do dia; Representação

de cela; Alfabetização e melhora do conhecimento no ensino fundamental e médio; Jornada de Liberdade em Cristo; Trabalhos Artesanais; Estreitamento da convivência entre a família dos voluntários, padrinhos e recuperandos; Batismo, crisma e matrimônio; Interação do CSS – Conselho de Sinceridade e Solidariedade; Cursilhos e cristandade; Coral e teatro; Reunião de cela e palestras de revisão de vida; Gincanas culturais e esportivas; Esportes; Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA); Curso de conhecimento e aperfeiçoamento do método APAC; Liderança e cooperação na conquista de novos recuperandos e eliminação de vícios e defeitos prisionais no contato com os voluntários e padrinhos; Confiança entre voluntários e recuperandos e de fato o contato com os padrinhos.

O cerne dos objetivos da Lei de Execução Penal e das unidades de reintegração é a reeducação plena e definitiva, desde que seja humana, efetiva e principalmente válida, para que, por fim, a ressocialização seja efetuada com sucesso. Acerca da recuperação completa preceitua Ottoboni (2018) que

A recuperação definitiva, para se consagrar, exige que se observe na família, na sociedade e no trabalho da APAC a mesma linha de conduta observada na entidade, durante seis meses depois de o recuperando ter alcançado a liberdade. Depois desse acompanhamento, é que se pode afirmar se houve ou não a reintegração social de modo convincente (OTTOBONI, 2018, p.109).

Conforme o supracitado, a APAC vislumbra a recuperação definitiva do infrator e, para auxiliar na transição, o trabalho e a educação são fatores fundamentais, sendo elementos decisivos não apenas na instrução pessoal e profissional, mas também como ferramentas de remição da pena, o que gera incentivo e capacitação durante o período de apenamento.

A prática de remição é uma das apostas da APAC, a qual é aprovada e recomendada conforme entendimento jurisprudencial do TJ/GO, com relação à prática da remição pela leitura:

AGRAVO EM EXECUÇÃO. REMIÇÃO. LEITURA. CORREÇÃO. PROVIMENTO. Aplica-se a remição da pena de 4 dias por leitura de obra literária nos termos do art. 1º, V, “f”, Recomendação nº 44, CNJ. Agravo provido. (Agr. 156199-91.2017.8.09.0175/ GO, rel. p/ acórdão Des. Ivo Favaro) (GOIÁS, 2017).

Com o passar do tempo, e se o recuperando se adaptar e cumprir sua pena dentro das normas de conduta, bem como os afazeres e atividades

propostas em seu regime de cumprimento de pena da APAC, terá sua progressão de regime para o semiaberto, aberto e posteriormente para a liberdade definitiva (OTTOBONI, 2018).

À medida que o recuperando vai remindo sua pena para regimes menos rigorosos e provando que está recuperando e galgando a ressocialização, sua responsabilidade aumenta dentro da associação. No regime semiaberto, o recuperando tem a possibilidade de cuidar dos demais recuperandos; há, ainda, saída para procurar trabalho, quando devidamente autorizado pelo poder Judiciário (OTTOBONI, 2018, p. 101).

Na progressão para o regime aberto, abrigam-se os recuperandos de que desfrutam dos privilégios do instituto da prisão-albergue, sendo que, ao alcançarem este patamar, tornam-se exemplo. Segundo Mário Ottononi (2018, p. 105) quando o condenado percorre toda a escala de recuperação da APAC e conquista a condição de albergado, com certeza será exemplo no cumprimento de suas obrigações.

Por fim, quando o apenado alcança a liberdade definitiva, faz-se necessária a observação da família, da sociedade e do trabalho da APAC na mesma linha de conduta demonstrada na entidade, em um intervalo que perdura aproximadamente seis meses depois de o recuperando ter conseguido a liberdade. Só depois da experiência é possível afirmar concretamente se houve ou não a reintegração social de modo convincente (OTTOBONI, 2018).

Dessa maneira, percorrido grande parte do exposto da aplicação do Método APAC como meio alternativo de aplicação e cumprimento da pena de forma humanizada, faz-se demonstrada a gama de opções e estruturação das APACs para aplicar sua metodologia de recuperação e ressocialização do recuperando perante a sociedade, expondo como o modelo APAC auxilia os recuperandos a serem reinseridos na sociedade com novas habilidades e preparados para a vida em coletividade e o mercado de trabalho.

O sistema prisional carcerário convencional vem demonstrando supostas falhas e ultrapassados meios de coibir o detento e, ao mesmo tempo, utilizando métodos antiquados, como o encarceramento, basicamente, para recuperação e ressocialização deste preso.

Neste sentido Bitencourt (2017, p. 179-181) apresenta os fatores que atribuem o caráter criminógeno à prisão, ou seja, que podem originar comportamentos criminosos aos reclusos no ambiente prisional comum. Dividindo-os em três grupos de fatores, o primeiro é o fator material, ou seja, os relacionados à saúde dos detentos e as más condições de higiene dos estabelecimentos prisionais, o aspecto estrutural, juntamente com a discrepância na distribuição do tempo, oportunizando muitos intervalos de tempo ociosos em um aspecto físico-psicótico. O segundo fator é o psicológico, qualificado pelo desenvolvimento da malícia da mente do detento inserido no ambiente carcerário, incentivado por pequenas ações que se repetem no interior do cárcere de modo a sazonar o comportamento criminoso. Por último, o fator social é caracterizado pelo tempo de afastamento em que o detento ficará recluso, sendo que quanto maior o tempo no ambiente carcerário, maior será sua probabilidade de se adequar ao meio criminoso.

Jerônimo Castro (2016, p. 70) traz relatos sobre a realidade das cadeias expondo o ambiente degradante ao qual os presos estão expostos, dormindo praticamente uns sobre os outros em celas apertados, sem falar do contato com outros presos que estão contaminados com doenças contagiosas que podem se proliferar devido a esse ambiente propício.

Essas más condições trazidas pelos autores mencionados acima demonstram a violação aos Direitos Humanos. Seguindo este entendimento, Nogueira (2017) explana que:

O sistema carcerário brasileiro é a prova viva de uma das maiores violações de direitos humanos na história atual. Presídios superlotados, comidas vencidas e a situação precária onde as celas se encontram fazem parte dos principais dos principais motivos desta violação. Esses três fatores citados acima causam uma série de problemas dentro das prisões, e em casos extremos chegam a se transformar em rebeliões.

Restam demonstrados pelos autores acima aludidos os pontos relevantes das más condições do sistema prisional vigente no Brasil, ficando evidenciadas as incapacidades do cumprimento da pena privativa de liberdade, em cumprir seu efeito ressocializador nesses ambientes corrompidos.

Assim, Julio Mirabete (2000, p. 24) expõe que a ressocialização não pode ser conseguida em uma instituição como a prisão que não cumpre sua função ressocializadora, visto que a pena privativa de liberdade não

ressocializa o recluso por si só, impedindo sua plena reincorporação ao meio social. Dessa forma, a prisão comum continua servindo, portanto para a manutenção ou avanço da experiência do detento com o mundo do crime.

Comparando-se os gastos do sistema prisional usual em detrimento de uma unidade apaqueana, percebe-se que o gasto com a APAC é menor conforme dados divulgados pelo Estado de Minas Gerais, o baixo custo com administração, ao dividir-se o custo total das obras da construção de uma APAC pelo número de vagas que a instituição oferecerá, é necessário R\$15.000,00 (quinze mil reais) em média, para gerar uma vaga. Enquanto, no sistema tradicional, o custo é de aproximadamente R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), segundo o Conselho Nacional de Justiça (2017).

Seguindo essa linha orçamentária em prol dos cofres públicos, segundo o Estado de Minas Gerais, um recuperando da APAC custa para o Estado cerca de mil reais, enquanto no sistema tradicional carcerário um preso custa cerca de dois mil e setecentos reais, conforme relata o Conselho Nacional de Justiça (2017).

Em conjunto com esses baixos gastos com a implementação das APAC's no Estado de Minas Gerais, os índices médios de não reincidência em crimes, que é de 70%, em algumas APAC's chegando a 98%, em contrapartida esses índices chegam a apenas 10% com o sistema carcerário tradicional, conforme preceitua Roberto Donizetti, gerente de metodologia da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC, em matéria ao Conselho Nacional de Justiça (2017). Roberto Donizetti prosseguiu ainda que se o Estado se alertasse para esses números, a reincidência no país seria menor ainda. Com isso o método APAC auxilia na redução da reincidência delitiva no país, proporcionando aos recuperandos almejada reinserção legítima na sociedade.

Portanto, o modelo prisional comum vigente no Brasil parece não ser capaz de atender todas as expectativas, necessitando de meios alternativos como as APAC's para auxiliar na ressocialização dos detentos, com reais condições de se reinserir no meio social, bem como no mercado de trabalho e principalmente de não voltar a cometer crimes. É preciso levar em consideração, ainda, que o fato de ser comprovadamente menos onerosos aos

cofres públicos e com baixos índices de reincidência dos recuperandos que ali permaneceram no cumprimento de suas penas é um possível indicador de que a efetividade do sistema punitivo penal perpassa pela revisão, notadamente com o aumento da utilização do denominado método APAC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos anseios do sistema penal Brasileiro, a matéria discutida no presente estudo demonstra a relevância do emprego de meios alternativos perante o modelo carcerário tradicional, o que agrega muito às discussões no âmbito do Direito Penal, especialmente no que tange à ressocialização.

Todo o conteúdo apresentado nessa pesquisa evidencia o problema causado pela saturação em que se encontra o sistema prisional brasileiro. Dessa maneira, é possível concluir que é de caráter urgente adotar medidas que possibilitem melhorias nas condições de apenamento e repensar o atual modelo, com a finalidade de reduzir os índices de superlotação e de reincidência delitiva, a fim de colaborar com o retorno do indivíduo ao convívio social e o ingresso no mercado de trabalho. Logo, em conformidade com os anseios supracitados, a APAC aparece como possível medida, visto que, em consonância com o estudo acima, sua implementação é viável em custos e tem resultados satisfatórios.

Foi verificado o auxílio do método APAC na reinserção dos indivíduos na sociedade, que se baseia na meritocracia, em que os condenados fazem por merecer as condições de seu regime e possuem uma progressão de pena mais palpável, seguindo premissas, como respeito, ordem, trabalho, e sempre caminhando lado a lado com os pilares do estudo e família, o que provoca um ótimo engajamento.

Foi apresentado, também, o trabalho realizado na unidade de São João del Rei, que é referência no modelo apaqueano, principalmente por se destacar na variedade de trabalhos educacionais e de envolvimento dos recuperandos, que saem do apenamento já com dotes e habilidades para o retorno ao mercado de trabalho, além de se destacar por ter uma estrutura de qualidade.

Em seguida, foi feito um paralelo entre o que dispõe a lei 7.210/84 e o que é colocado em prática no Brasil, verificando que a APAC segue os

pressupostos da referida lei, despontando-se como uma tendência a ser seguida. Por fim, foi demonstrada e justificada a necessidade de adoção dos meios alternativos, pois embora o modelo carcerário comum seja o mais utilizado, foi exposto que os meios alternativos podem alcançar índices de ressocialização muito bons. O uso desses meios colabora com a redução da superlotação carcerária e, diretamente com a sociedade, uma vez que a chance de o indivíduo voltar a delinquir é menor conforme o pesquisado.

Ao comparar os 10% da taxa de não reincidência no sistema prisional comum, a APAC precisa ser melhor analisada e considerada, uma vez que, como apontado no estado de Minas Gerais, a média de não reincidência chega a 70% dos recuperandos. A esse respeito, a unidade de São João del-Rei pode ser tida como forte referência, por possuir ótima estrutura e contar com unidades feminina e masculina.

Nessa perspectiva, faz-se necessário pontuar também a eficácia dos meios de remição da pena, por meio do trabalho e por meio do estudo, fornecidos pelas unidades da APAC. A prática, além de remir a pena dos condenados, e retomam seus estudos, dá oportunidade de desenvolver habilidades e absorver conhecimentos, que atuam de forma muito positiva no retorno às atividades laborais e acadêmicas. Em suma, o tratamento humanizado da APAC é uma tendência, conforme visto na comarca de São João del-Rei, mostrando como agente ressocializador eficaz e seus expressivos índices de não reincidência, logo, alcançando um bom índice ressocializador. Demonstrando que o modelo prisional comum vigente no Brasil não é capaz de atender todas as expectativas, necessitando de meios alternativos como as APAC's para auxiliar na ressocialização dos detentos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Durval Ângelo. **APAC: A face humana da prisão**. 4ª ed. amp. Belo Horizonte: O Lutador, 2016.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Sistema Penal máximo x cidadania mínima: Códigos da violência na era da globalização**. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2003.

BITENCOURT, Cesar Roberto. **Falências das penas de prisão – Causas e alternativas**. 5ª edição ed. São Paulo, 2017.

BITENCOURT, César Roberto. **Tratado de direito penal: parte geral**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompila.htm
Acesso em: 30 mar. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 7.210**, DE 11 DE JULHO DE 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso: em 30 mar. 2021.

BRASIL. Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional (SISDEPEM). **Presos em Unidades Prisionais no Brasil**. Período de Janeiro a Julho de 2020, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiMjU3Y2RjNjctODQzMi00YTE4LWEwMDAtZDIzNWQ5YmIzMzk1IiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MWYyLTRiOGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 01 maio 2021.

CASTRO, Jerônimo. **A APAC (Associação de Proteção e Assistência ao Condenado) e Sua Contribuição na Ressocialização, Viabilidade a Reinserção do Egresso no Seio Social**. Revista Síntese Direito Penal e Processual Penal, Sage, v 17, n. 98, 2016.

Conselho Nacional de Justiça. 2017. **APAC: método de ressocialização de presos reduz reincidência ao crime**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/apac-metodo-de-ressocializacao-de-presos-reduz-reincidencia-ao-crime/>. Acesso em: 01 maio 2021

Conselho Nacional de Justiça. 2012. **Método Apac reduz reincidência criminal**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/metodo-apac-reduz-reincidencia-criminal/>. Acesso em: 01 maio 2021.

Conselho Nacional de Justiça. 2017. **Ressocializar presos é mais barato que mantê-los em presídios**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/apac-onde-ressocializar-presos-custa-menos-que-nos-presidios/>. Acesso em: 01 maio 2021

COSTA NETO, Nilo de Siqueira. "Ressocialização do preso: falência do

sistema penitenciário". **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano18 ,n.3560, 31mar.2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24073>. Acesso em: 29 mar. 2021.

FERREIRA, Valdeci Antônio. **Juntando Casos, Resgatando Vidas; valorização humana – base e viagem ao mundo interior do prisioneiro: psicologia do preso**. Belo Horizonte: O Lutador, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Reincidência Criminal do Brasil**. Relatório de Pesquisa, Brasília, DF, 2015. **Disponível em:** https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/150611_relatorio_reincidencia_criminal.pdf. Acesso em: 30 mar. 2021.

MINAS GERAIS. **Ensino e profissionalização no sistema prisional**.

Disponível em:

<http://www.depen.seguranca.mg.gov.br/index.php/ressocializacao/ensino-e-profissionalizacao>. Acesso em: 29 mar. 2021.

MIRABITE, Julio Fabbrini. **Execução penal**. 9ª edição. São Paulo: Atlas, 2020.

NOGUEIRA, Evelin. **Direitos humanos são cada vez mais violados dentro de prisões brasileiras**, 2017. Disponível em: <http://agemt.org/contraponto/2017/06/19/direitos-humanos-sao-cada-vez-mais-violados-dentro-de-prisoas-brasileiras/>

Acesso em 02 maio 2021.

OTTOBONI, Mario. **Vamos Matar o criminoso; método APAC**. Belo Horizonte, 2018.